COTRIJUI – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA & INDUSTRIAL – *EM LIQUIDAÇÃO*

CNPJ 90.726.506/0001-75 - NIRE 43400000321

Rua das Chácaras, 1513 – 98.700-000 - IJUÍ- RS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

À Brizola e Japur Administração Judicial
COTRIJUI – Cooperativa Agropecuária & Industrial – Em Liquidação
Ijuí - Rio Grande do Sul

1. Considerações Iniciais
Após preparar as Demonstrações Contábeis Individuais da COTRIJUI - Cooperativa Agropecuária & Industrial ("COOPERATIVA") em 31 de dezembro de 2021 que compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, e as Demonstrações Contábeis Consolidadas da COTRIJUI em 31 de dezembro de 2021 que compreendem o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, assim como o resumo das Principais Práticas Contábeis e demais Notas Explicativas, apresentam-se comentários quanto às circunstâncias nas quais as referidas demonstrações foram preparadas, de modo a evidenciar as principais limitações que a administração da COOPERATIVA enfrentou, especialmente em função de questões que envolvem a relação custo/benefício na realização de levantamentos de valores e estimativas contábeis em conexão com a histórica falta de investimento em controles internos automatizados.
A ponderação da relação de custo/benefício tem especial importância no cenário de liquidação no qual a COOPERATIVA se insere. Nesse cenário, eventuais esforços devem ser ponderados em função de que o seu custo concorre para diminuir o valor dos ativos que estarão disponíveis para fazer frente às dívidas da COOPERATIVA. Assim, as principais limitações são também listadas no âmbito das notas explicativas às demonstrações contábeis da COOPERATIVA para o ano calendário 2021.

1.1. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis
A Administração da COOPERATIVA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC), e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* , recepcionadas no Brasil por meio dos Pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Administração também é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários e suficientes para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.
Ainda no que tange à responsabilidade da atual Administração, importa destacar que decorre de nomeação judicial datada de 29 de janeiro de 2018, de tal modo que os atos de gestão praticados anteriormente a esta data, assim como a preparação de informações anteriores a esta data não podem ser atribuídas à Brizola & Japur. Nesse sentido, importa dizer que a partir da assunção do encargo, foi identificada e reportada situação de total descontrole no que diz respeito ao ambiente contábil e financeiro, com problemas de aderência às regras contábeis adotadas no Brasil, ocasionando problemas na geração de informações contábeis confiáveis. Adicionalmente, encontrou-se um ambiente de falta de integração entre sistemas financeiros e contábeis, ausência de práticas de verificação de existência e salvaguarda de ativos, tais como a realização de inventários periódicos de estoques e inventários de ativo permanente.
Esse cenário é reforçado pela ausência de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da entidade desde o ano de 2011, combinada com o que foi reportado pelos colaboradores da COOPERATIVA quanto à precariedade de controles internos, quanto à falta de acesso por parte da contabilidade a documentos relevantes (tais como contratos de empréstimos etc.) e com o elevado nível de informalidade na condução dos negócios até então.
A COOPERATIVA é uma sociedade de grande porte, a qual se aplicam as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários. A qualificação da COOPERATIVA como sociedade de grande porte decorre do fato de que a COOPERATIVA ter ativos em montante superior a R$ 240 milhões de reais, parâmetro definido no artigo 3º da Lei 11.638/2007.
Não obstante essa obrigação, a precariedade da estrutura de controles internos da COOPERATIVA, a qual não poderia ser sanada sem investimentos vultosos em termos de infraestrutura, sistemas de informática e aumento do quadro de funcionários, torna inviável a contratação de auditores independentes para que emitam opinião quanto à adequação das demonstrações contábeis da COOPERATIVA para os anos de 2020 e 2021, que integram o presente reporte.

1.2. Responsabilidade dos Profissionais Internos da Sociedade
A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que procedimentos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Desta forma, desde o início da Administração Judicial, foram selecionadas áreas de maiores impactos, notadamente o ativo imobilizado e as propriedades para investimento, os saldos de tributos e os valores relacionados a processos nos quais a COOPERATIVA figura como ré, com o objetivo de execução de procedimentos para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações para elaboração das demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, as rotinas e atividades foram examinadas levando-se em conta os controles internos existentes. Os principais procedimentos com reflexos contábeis que iniciaram em 2019 e avançaram significativamente são os seguintes:

- Trabalho de identificação documental e de existência física, combinado com avaliação a valor de mercado de terrenos, benfeitorias e máquinas e equipamentos da COOPERATIVA e controladas, conforme descrito na nota explicativa 6.10.
- Reestruturação e melhoria no processo de mensuração dos custos das mercadorias vendidas (CMV) da controlada Redecop.
- Alteração da apresentação nas demonstrações contábeis de valores que compõem a lista de credores da COOPERATIVA. Nesse sentido, a apresentação passou a adotar a separação dos créditos em classes conforme ordem da Lei nº 11.101/2005, adotada por analogia. Esse procedimento incluiu a conciliação dos valores constantes de fontes externas, tais como posições emitidas pelos advogados da COOPERATIVA, bem como a posição de endividamento tributário obtido a partir da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Limitação quanto à Falta de Conciliação das Principais Contas Patrimoniais
Conforme apurado, a COOPERATIVA não dispõe de demonstrações financeiras completas (incluindo a demonstração de fluxo de caixa, as notas explicativas de detalhamento e esclarecimento quanto aos seus saldos contábeis) e finalizadas para os anos-calendário 2015, 2016 e 2017. O departamento contábil da COOPERATIVA não dispunha de conciliações dos saldos contábeis diversos, incluindo operações relativas a contas a receber e contas a pagar, apurações de tributos, entre outros.
Não obstante a ausência dessas conciliações, desde que assumiu o encargo, a Administração Judicial realiza esforços de confrontação de relatórios gerenciais referentes ao grupo de contas supra, identificando diferenças significativas entre as informações gerenciais e os balancetes contábeis até 31 de dezembro de 2017. A conciliação dos saldos contábeis é de fundamental importância para a análise das demonstrações financeiras e apuração da atual situação financeira da COOPERATIVA. O Departamento Contábil, juntamente com a área financeira, vem realizando trabalho sistêmico de organização e gerenciamento das rotinas contábeis fiscais e financeiras de modo a ter mais confiabilidade em seus números, incluindo:

- Continuidade nas conciliações das contas patrimoniais dos anos anteriores;
- Tempestividade no reconhecimento das transações nos registros contábeis;
- Mapeamento permanente dos credores, com vistas à elaboração da relação oficial de credores da COOPERATIVA;
- Mapeamento permanente das contas-correntes com associados, com o objetivo de identificar valores passíveis de compensação (em casos de existência de ativos e passivos da COOPERATIVA com os mesmos associados), aguardando definições judiciais para implementação;
- Avaliação da existência física de bens do ativo imobilizado e propriedades para investimento, visando a identificação do seu valor de venda, conforme detalhado na nota 6.10, englobando a parcela mais significativa dos bens da COOPERATIVA e controladas.

1.4. Limitação quanto à Falta de Inventário Físico dos Estoques
Foi constatado após a Administração Judicial assumir o encargo que não foram realizados inventários periódicos de contagem física de estoques, sendo o último inventário geral realizado apenas em 2015, com acompanhamento dos auditores independentes, que inclusive não finalizaram seus trabalhos. Nos anos de 2016 a 2017 não foram realizados inventários, de modo que a posição física de estoques constante nos sistemas da COOPERATIVA pode não corresponder às reais quantidades que seriam identificadas em caso de contagem física. Essa situação foi agravada pelo fato de que a COOPERATIVA atua como depositária de estoques de cooperados, os quais são recebidos sob a condição de fixação de preço posterior, só os adquirindo efetivamente quando ocorre evento de liquidação financeira. A ausência de controles efetivos de estoque, especialmente nos casos em que a COOPERATIVA tem estoques próprios e estoque de terceiros em seu poder, leva a um risco exponencial de desvios de estoques e de eventual negociação de estoques que ainda não são de sua propriedade. Identificamos saldos negativos de estoques nos controles da COOPERATIVA, o que sugere: (a) a ocorrência de vendas de estoques de terceiros em depósito, os quais ainda não eram de sua propriedade; ou (b) registro incompleto e intempestivo de compras de estoques. Para valoração dos estoques para o ano de 2017 e apresentados nesta demonstração financeira, foi utilizado preço de mercado dos grãos constantes do sistema da COOPERATIVA. Com isso, foi possível trazer o estoque a preço de mercado, mas sem garantias de quantidades físicas. Já no que se refere ao ano de 2018, em fevereiro foram contratados técnicos especializados da EMATER para que realizassem um procedimento de cubagem e chegassem a um nível de inventario confiável. O relatório da EMATER apontou diferença a menor da ordem de 21% dos níveis de cubagem em relação aos saldos registrados nos controles de estoque da COOPERATIVA.
Tendo em vista a ausência de pressuposto de continuidade da operação de comercialização de grãos da COOPERATIVA, a Administração Judicial iniciou o processo de devolução dos grãos depositados a seus associados. Dessa forma, todos os estoques relevantes foram vendidos no curso do ano-calendário 2018, tornando desnecessária a realização de inventário de grãos em 31 de dezembro de 2018. Esse processo resultou em saldos de valores devidos a associados decorrentes da obrigação de restituição de grãos dos quais a COOPERATIVA era depositária. Esses saldos estão identificados na nota explicativa 6.17.

2. Quadro de Credores - Resumo
Em virtude da ausência de pressuposto de continuidade da COOPERATIVA, nos termos a seguir dispostos no item 5.1 deste documento, a Administração elaborou quadro preliminar de credores. Vale lembrar que a Lei nº 5.764/1.971 não dispõe de regramento pertinente à classificação de credores. Por conseguinte, não obstante o tema deva ser objeto de deliberação judicial em definitivo, a Administração lançou mão, de forma provisória e por analogia, das classes previstas na Lei nº 11.101/05, o que encontra respaldo na sentença proferida no processo nº 5000861-90.2020.8.21.0016.
Abaixo apresentamos o resumo do quadro de credores contemplando os débitos tanto da COOPERATIVA, quanto de suas controladas, elaborado com base em sua situação na data de 31 de dezembro de 2021.
As diferenças entre o total consolidado reportado em 31 de dezembro de 2020 (R$ 2.391.841.945) e o valor consolidado reportado em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.713.736.892) decorrem de trabalhos de atualização de saldos a partir do trabalho realizado pelos advogados da COOPERATIVA, bem como por atualização de valores obtidos por meio de consulta aos sistemas da Receita Federal do Brasil e da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
ME/EPP - Cível	184.094	0	0	184.094
ME/EPP - Fornecedores	1.540.587	0	0	1.540.587
Quirografários - Associados	155.219.628	0	0	155.219.628
Quirografários - Cível	164.569.896	0	0	164.569.896
Quirografários - Dívida Bancária	756.213.555	0	0	756.213.555
Quirografários - Fornecedores	115.116.912	0	0	115.116.912
Restituição - Associados	79.230.271	0	0	79.230.271
Trabalhista	77.064.869	3.324.906	0	80.389.774
Trabalhista (Honor. Cível)	406.984	0	0	406.984
Trabalhista (Honor. Dív. Bancária)	28.627	0	0	28.627
Trabalhista (Honor. Processos)	22.006.496	0	0	22.006.496
Tributários Estadual	116.461.420	8.557.263	0	125.018.684
Tributários Municipal	1.114.264	409	0	1.114.673
Tributários PGFN	1.174.458.177	38.238.534	0	1.212.696.710
Total	**2.663.615.781**	**50.121.111**	**0**	**2.713.736.892**

Destaca-se que, na composição dos valores apresentados no quadro acima, foram considerados apenas os valores classificados pelos advogados da COOPERATIVA como líquidos, decorrentes de causas com condenação definitiva. Desta forma, não fazem parte da relação acima os valores incertos, que ainda são objeto de discussão judicial e, por isso, são reputados ilíquidos. Esses valores não líquidos são contabilizados como provisões no Balanço Patrimonial da COOPERATIVA quando a opinião dos advogados da COOPERATIVA é de que o prognóstico de perda da ação correspondente é provável, sendo objeto de nota explicativa quando o prognóstico de perda é apenas possível, e não provável.
Os valores acima serviram de base para a relação de credores publicada na forma de edital no processo nº 5000861-90.2020.8.21.0016, dando início à fase extrajudicial de verificação de créditos por parte da Administração Judicial, nos moldes do procedimento estatuído pela Lei nº 11.101/2005. Entre a publicação na forma editalícia e a finalização das demonstrações contábeis, foram promovidos ajustes nos valores das dívida na lista de credores, os quais foram considerados na lista que constou no Passivo das demonstrações contábeis da COOPERATIVA. No curso da fase de verificação de créditos, é possível que surjam dívidas até então não consideradas nas demonstrações contábeis da COOPERATIVA, bem como ocorra a atualização do valor das dívidas (incluindo reduções ou aumentos de valor). Caso essas alterações ocorram, serão consideradas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

valores em R$

A T I V O	Nota	2021	Individual 2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	3.511.693	2.171.953
Contas a Receber	6.2	1.316.228	1.277.325
Associados a Receber	6.3	49.903.453	45.579.277
Adiantamento a Fornecedores	6.4	672.282	688.782
Estoque	6.5	434.008	448.248
Impostos a Recuperar	6.6	4.729.211	4.940.081
Outros Ativos	6.7	4.946.432	4.977.491
Total do Ativo Circulante		**65.513.306**	**60.083.156**
Ativo Não Circulante			
Depósitos Judiciais	6.8	886.809	886.809
Investimento	6.9	36.178.902	36.714.322
Propriedade p/Investimento	6.10	338.203.606	338.436.658
Imobilizado	6.10	(0)	(0)
Intangível		0	0
Total do Ativo Não Circulante		**375.269.317**	**376.037.789**
Total do Ativo		**440.782.623**	**436.120.945**

valores em R$

P A S S I V O	Nota	2021	Individual 2020
Passivo Circulante			
Fornecedores	6.11	2.964.478	4.023.167
Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.12	3.906.527	1.506.649
Obrigações Tributárias	6.13	11.036.660	8.081.089
Antecipação de Clientes	6.14	2.792.066	6.038.466
Partes Relacionadas	6.15	10.227.798	13.740.814
Provisão para Contingência	6.18	(36.952)	(35.881)
Outros Passivos	6.16	768.344	768.344
Provisão para Perda Investimento		41.646.418	39.367.764
Obrigações Tributárias LP		0	0
Provisão para Contingência LP		0	0
Lista de Credores	6.17	2.663.615.781	2.341.720.833
Provisões	6.18	203.549.252	142.450.254
Total do Passivo Circulante		**2.940.470.371**	**2.557.661.499**
Patrimônio Líquido			
Capital Social		0	0
Reserva de Reavaliação		150.149.142	150.149.142
Reserva de Contingência		(7.115.658)	(7.115.658)
Prejuízos Acumulados		(2.642.721.231)	(2.264.574.037)
Total do Patrimônio Líquido		**(2.499.687.748)**	**(2.121.540.554)**
Total do Passivo		**440.782.623**	**436.120.945**

3.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

valores em R$

Demonstração de Resultado do Exercício	Nota	2021	Individual 2020
Receita líquida operacional	6.19	9.905.880	8.452.204
Custo das vendas e dos serviços prestados	6.20	(14.239)	(2.441)
Lucro Bruto		**9.891.641**	**8.449.764**
Despesas administrativas	6.20	(4.518.498)	(5.085.317)
Despesas c/Vendas	6.20	0	0
Provisões		0	54.542.097
Outras receitas e despesas Operacionais	6.21	(45.409)	114.830
Lucro operacional		**5.327.734**	**58.021.373**
Resultado de equivalência patrimonial		(2.716.941)	(4.398.928)
Ajustes de Avaliação Propriedades para Investimento		0	0
Lucro Antes do Resultado Financeiro		**2.610.793**	**53.622.445**
Receitas financeiras		6.940.648	4.619.337
Despesas financeiras		(387.459.650)	(233.207.020)
Receita (despesas) financeiras líquidas		**(380.519.003)**	**(228.587.684)**
Resultado antes dos impostos		**(377.908.209)**	**(174.965.238)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		0	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos		0	0
Prejuízo líquido do exercício		**(377.908.209)**	**(174.965.238)**

3.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

valores em R$	Reservas de Reavaliação	Reserva de Contingência	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	**150.149.142**	**(7.115.658)**	**(2.089.841.905)**	**(1.946.808.422)**
Ajustes de exercícios anteriores			233.106	233.106
Resultado do exercício			(174.965.238)	(174.965.238)
Saldo em 31/12/2020	**150.149.142**	**(7.115.658)**	**(2.264.574.037)**	**(2.121.540.554)**
Ajustes de exercícios anteriores			(222.693)	(222.693)
Prejuízo do exercício			(377.908.209)	(377.908.209)
Saldo em 31/12/2021	**150.149.142**	**(7.115.658)**	**(2.642.704.939)**	**(2.499.671.456)**

3.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

valores em R$

Descrição	Nota	2021	Individual 2020
Prejuízo do Exercício		(377.908.209)	(174.965.238)
(+/-) Ajustes ao Resultado que não afetam Caixa		2.807.069	3.647.406
Depreciação		214.086	138.303
Resultado de Equivalência Patrimonial		2.716.941	4.398.928
Outros Ajustes ao Prejuízo Líquido		(123.957)	(889.825)
(+/-) Variação de Ativos e Passivos Operacionais		376.440.880	171.647.034
Contas a receber		(4.363.079)	(458.772)
Adiantamento a Fornecedores		16.500	45.607
Estoque		14.239	735
Créditos Fiscais		210.870	206.012
Outros Ativos		31.060	(27.533)
Contas a pagar		4.296.760	(3.692.971)
Antecipação de Clientes		(3.246.400)	(3.340.996)
Partes Relacionadas		(3.513.016)	(1.845.181)
Credores Lista e Provisões		382.993.946	180.760.134
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		**1.339.740**	**329.202**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		**0**	**0**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		**0**	**0**
Fluxo de Caixa Total		**1.339.740**	**329.202**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes		2.171.953	1.842.751
Saldo Final de Caixa e Equivalentes		3.511.693	2.171.953
Variação de Caixa e Equivalentes		**1.339.740**	**329.202**

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4.1 Balanço Patrimonial

valores em R$

A T I V O	Nota	2021	Consolidado 2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	6.725.168	3.658.105
Contas a Receber	6.2	7.994.763	6.314.263
Associados a Receber	6.3	49.903.453	45.579.277
Adiantamento a Fornecedores	6.4	756.850	690.600
Estoque	6.5	8.569.655	8.014.314
Impostos a Recuperar	6.6	5.151.825	5.390.254
Outros Ativos	6.7	3.333.820	5.160.734
Total do Ativo Circulante		**82.435.533**	**74.807.547**
Ativo Não Circulante			
Depósitos Judiciais	6.8	4.403.772	4.123.149
Investimento	6.9	1.211.592	1.455.544
Propriedade p/Investimento	6.10	374.367.007	375.043.263
Imobilizado	6.10	727.326	1.512.416
Intangível		3.815	3.815
Total do Ativo Não Circulante		**380.713.510**	**382.138.187**
Total do Ativo		**463.149.043**	**456.945.734**

valores em R$

P A S S I V O	Nota	2021	Consolidado 2020
Passivo Circulante			
Fornecedores	6.11	9.841.566	11.115.898
Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.12	9.500.382	9.053.594
Obrigações Tributárias	6.13	18.734.965	13.458.036
Antecipação de Clientes	6.14	3.204.347	6.450.747
Partes Relacionadas (Passivo)	6.15	463.910	463.910
Provisão para Contingência	6.18	537.268	538.339
Outros Passivos	6.16	816.159	768.344
Provisão para Perda Investimento		0	0
Obrigações Tributárias LP		141.414	50.879
Provisão para Contingência LP		2.294.343	2.294.343
Lista de Credores	6.17	2.713.736.892	2.391.841.945
Provisões	6.18	203.549.252	142.450.254
Total do Passivo Circulante		**2.962.820.500**	**2.578.486.288**
Patrimônio Líquido			
Capital Social		0	0
Reserva de Reavaliação		150.149.142	150.149.142
Reserva de Contingência		(7.115.658)	(7.115.658)
Prejuízos Acumulados		(2.642.704.939)	(2.264.574.037)
Total do Patrimônio Líquido		**(2.499.671.456)**	**(2.121.540.554)**
Total do Passivo		**463.149.043**	**456.945.734**

4.2 Demonstração de Resultado do Exercício

valores em R$

Demonstração de Resultado do Exercício	Nota	2021	Consolidado 2020
Receita líquida operacional	6.19	92.071.486	94.126.486
Custo das vendas e dos serviços prestados	6.20	(68.176.409)	(70.704.263)
Lucro Bruto		**23.895.077**	**23.422.224**
Despesas administrativas	6.20	(15.878.032)	(15.396.477)
Despesas c/Vendas	6.20	(3.090.833)	(3.366.639)
Provisões		0	54.542.097
Outras receitas e despesas Operacionais	6.21	(25.511)	142.705
Lucro operacional		**4.900.701**	**59.343.909**
Resultado de equivalência patrimonial		0	0
Ajustes de Avaliação Propriedades para Investimento		0	0
Lucro Antes do Resultado Financeiro		**4.900.701**	**59.343.909**
Receitas financeiras		7.137.168	4.743.290
Despesas financeiras		(389.946.078)	(239.052.437)
Receita (despesas) financeiras líquidas		**(382.808.910)**	**(234.309.147)**
Resultado antes dos impostos		**(377.908.209)**	**(174.965.238)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		0	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos		0	0
Prejuízo líquido do exercício		**(377.908.209)**	**(174.965.238)**

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

5.1. Contexto Operacional
Como uma sociedade cooperativa, tinha por objetivo congregar agricultores e pecuaristas, promovendo a compra em comum de artigos necessários à sua produção e subsistência, classificando, padronizando, armazenando, beneficiando, industrializando e comercializando a sua produção.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2014, os associados da COOPERATIVA deliberaram pela liquidação extrajudicial. Em função de tal regime, foram suspensas as execuções contra ela, seguindo o disposto no art. 76, da Lei nº 5.764/71. Prorrogado o prazo de suspensão de execuções, verificou-se que não foram praticados os atos inerentes à liquidação no prazo legal. Nesse sentido, não foram pagos os credores e o passivo aumentou.
Como consequência do descumprimento dos preceitos da liquidação extrajudicial, uma das credoras da COOPERATIVA, a CHINATEX GRAINS AND OILS (H.K.) LIMITED, ajuizou em 17 de janeiro de 2018 a Ação Ordinária para Conversão de Liquidação Extrajudicial de COOPERATIVA em Liquidação Judicial sob o nº 016/1.18.0000125-6, atualmente convertida para o formato eletrônico sob o nº 5000861-90.2020.8.21.0016. Dias depois do ajuizamento, foi deflagrada operação pelo Ministério Público Estadual, redundando no afastamento dos liquidantes nomeados pelos associados.
Diante desse cenário, a empresa BRIZOLA E JAPUR ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL foi nomeada na condição de liquidante e administradora judicial da COOPERATIVA, passando a ser responsável inclusive pela elaboração de suas Demonstrações Contábeis. Em 23 de outubro de 2019, a Ação ajuizada pela credora antes mencionada foi julgada procedente, decretando a liquidação judicial em função do reconhecimento do estado de insolvência. Mais tarde, em 30 de março de 2020, foi decretada a falência das sociedades controladas pela COOPERATIVA nos autos do processo nº 5001094-87.2020.8.21.0016. Com isso, foi deflagrado o procedimento concursal por meio do qual o patrimônio da COOPERATIVA e suas controladas será alienado judicialmente para pagamento dos credores.
Em função da situação reportada acima, as demonstrações contábeis da COOPERATIVA foram preparadas considerando o contexto de liquidação, no qual o pressuposto da continuidade das operações não pode ser considerado na base de preparação das demonstrações contábeis. No item 5.2, são apresentadas as bases consideradas pela Administração na preparação das Demonstrações Contábeis da COOPERATIVA, em função das peculiaridades de sua situação de liquidação.
Ainda assim, necessário mencionar que foram interpostos recursos contra a sentença que decretou a liquidação judicial da COOPERATIVA, aos quais foi atribuído efeito suspensivo e aguardavam julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ao final do exercício de 2021.

5.2. Apresentação Das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis da COOPERATIVA foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em função das particularidades da situação de liquidação da COOPERATIVA, a Administração considerou as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos

››› *Continua* ›››

❯❯❯ Continuação ❯❯❯

COTRIJUI – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA & INDUSTRIAL – *EM LIQUIDAÇÃO*

CNPJ 90.726.506/0001-75 - NIRE 43400000321

Rua das Chácaras, 1513 – 98.700-000 - IJUÍ- RS

Contábeis, conforme o trecho abaixo transcrito:

"Premissa subjacente
Continuidade
3.9 As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada."

Ressalte-se que, em 5 de março de 2021, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação o qual, após sua vigência:

"deve ser adotado por toda entidade em liquidação, seja liquidação voluntária, liquidação por entidade reguladora, liquidação extrajudicial, liquidação judicial, autofalência, falência, insolvência civil e qualquer outra forma de liquidação que lei ou regulamento venha a definir, independentemente de qual norma estava sendo seguida pela entidade antes de entrar em processo de liquidação".

Referida norma foi convalidada pelo Conselho Federal de Contabilidade na NBC TG 900 que produz seus efeitos em 1º de junho de 2021, sendo sua adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021, a não ser em casos de exigência específica diversa, de origem regulatória ou judicial.

Tendo em vista a interposição de recursos com efeito suspensivo, as disposições do Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação ainda não aplicáveis à COOPERATIVA por não possuir plano de liquidação aprovado com remota possibilidade de interrupção por terceiros.

Desta forma, atendo-se às normas vigentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, no antes mencionado Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e diante da impossibilidade de aplicação plena do Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação, a Administração utilizou seu julgamento, adaptando as práticas contábeis da COOPERATIVA às circunstâncias.

As bases de preparação resultantes do julgamento da administração da COOPERATIVA são descritas a seguir:

a) Base de mensuração

Em condições de continuidade operacional, os ativos de uma determinada entidade pode ser mensurados por critérios como custo histórico, valor de realização líquido ou valor justo, conforme o caso. A recuperabilidade dos ativos deve ser constantemente monitorada pela entidade, de modo que nos casos em que se apresentarem evidências consistentes da não recuperabilidade de determinados ativos, a entidade reconhece um ajuste no valor dos ativos respectivos.

No cenário de liquidação, a Administração entende que, conservadoramente, deve partir da premissa de que é necessária a existência de indícios claros de recuperabilidade para que um ativo seja mantido na contabilidade. Dessa forma, foram reconhecidas provisões por perda no valor de recuperabilidade no caso de ativos para os quais a Administração não conseguiu estimar com confiabilidade a probabilidade de recuperação mediante a geração de caixa pela venda, ou em último caso, pelo uso no curto prazo.

b) Mensuração de passivos onerosos

Na mensuração dos passivos da COOPERATIVA, a Administração atentou para a existência de eventuais desembolsos referentes a custos que a COOPERATIVA poderá ter em função do término de contratos, o que pode incluir por exemplos custos pelo fechamento de estabelecimentos, custos de demissão de empregados, custos de rompimentos de contrato.

c) Ordem e forma de apresentação de passivos

Os passivos da COOPERATIVA e suas controladas que integram a lista de credores estão apresentados em função do tipo de credor, por ordem de preferência, considerando os aspectos jurídicos inerentes ao processo de liquidação.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da COOPERATIVA.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

5.3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não são realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento de cada final de mês. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio vigente nas datas das transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e disponibilidades bancárias, todos com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Dentre esses saldos, inclui-se o saldo mantido em agente fiduciário (empresa de *factoring*) decorrente de recebimento de recursos pagos por terceiros e que ainda não haviam sido repassados à COOPERATIVA na data da elaboração de suas demonstrações financeiras.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

A COOPERATIVA não possui aplicações financeiras ou instrumentos financeiros derivativos.

ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. São ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O valor dos empréstimos e recebíveis está ajustado para reconhecer a recuperabilidade dos referidos ativos, em função das expectativas da Administração dadas as informações disponíveis na data de emissão das demonstrações contábeis.

iii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a COOPERATIVA se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A COOPERATIVA baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, os passivos financeiros não derivativos da COOPERATIVA estavam representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e empréstimos com partes relacionadas, todos atualizados em função das informações disponíveis na data de emissão das demonstrações contábeis, incluindo dispositivos contratuais quando foi possível a identificação dos contratos respectivos, e estimativas de atualização com base na jurisprudência aplicável nos casos em que contratos não estavam disponíveis.

d) Créditos Operacionais

Os demais recebíveis da COOPERATIVA, incluindo conta corrente com associados, foram objeto de análise de recuperabilidade (inclusive no que se refere ao prazo de recuperação), e para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, os créditos foram provisionados.

e) Estoques

Os estoques se encontram avaliados com base no preço médio de compra, líquido de impostos recuperáveis. Para os casos em que não há evidência consistente de que os estoques serão recuperados, foram eles provisionados.

f) Impostos a recuperar

Os créditos decorrentes de impostos a recuperar foram avaliados em função de expectativa de sua recuperabilidade. Nos casos em que é possível e legalmente permitida a compensação desses créditos com os débitos de natureza tributária que figuram no passivo da COOPERATIVA, e mesmo em casos em que tal compensação ocorre de ofício, os respectivos saldos contábeis são apresentados de forma compensada, sendo tais casos detalhados em nota explicativa.

Para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, a Administração reconheceu uma provisão em razão da não recuperabilidade dos créditos.

g) Ativos anteriormente tratados como de longo prazo

Dada a situação da COOPERATIVA, a Administração avalia a chance de recuperação dos ativos realizáveis a longo prazo, componentes de seu ativo não circulante. Para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, a Administração reconheceu uma provisão para não recuperabilidade dos créditos.

h) Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento são as propriedades imobiliárias mantidas para obtenção de receita de aluguel ou para valorização de capital (ou para ambos), mas não para venda no curso dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimento são avaliadas ao valor justo, levando em consideração as estimativas de recuperação do valor monetário dos bens por meio de venda, em função do contexto da COOPERATIVA.

O valor das propriedades para investimento da COOPERATIVA apresentado nas suas demonstrações contábeis constitui a melhor estimativa de que a Administração dispõe quanto ao valor de mercado dos referidos bens, de acordo com a opinião de perito que elaborou avaliação considerando as normas técnicas aplicáveis à avaliação.

Cabe destacar que o valor de venda apurado pelos avaliadores não necessariamente reflete, com precisão, o valor que seria obtido caso os ativos fossem colocados todos à venda, uma vez que em uma negociação de venda os preços podem sofrer alterações conforme as demandas de mercado e as circunstâncias de momento. Isso sem falar na perspectiva de alienação judicial através de leilão.

i) Participações Societárias

As participações societárias da COOPERATIVA, por meio das quais ela detém o controle direto e indireto de empresas, foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, incluindo provisão para perdas quando o patrimônio líquido das controladas for negativo.

No processo de determinação do valor do investimento, a Administração aplicou de forma consistente nas empresas controladas as mesmas práticas contábeis e bases de mensuração utilizadas nas demonstrações financeiras individuais da COOPERATIVA.

j) Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da COOPERATIVA e não se qualificam como propriedades para investimento são avaliados inicialmente ao custo histórico, possivelmente acompanhado de resultados de reavaliação anteriores a 31 de dezembro de 2007, quando a adoção de normas contábeis internacionais no Brasil proibiu o reconhecimento de reavaliações na contabilidade.

Os itens que compõem o ativo imobilizado da COOPERATIVA e não se qualificam como propriedades para investimento foram objeto de reconhecimento de provisão para perda no valor recuperável, em sua integralidade, tendo em vista que tais bens não serão recuperados pelo uso em atividades operacionais.

k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Administração avaliou, tendo como base as opiniões dos advogados da COOPERATIVA, os prognósticos associados a processos administrativos e judiciais dos quais a COOPERATIVA figura no polo passivo. Passivos são reconhecidos sob a forma de provisões nos casos em que o prognóstico de perda é provável e é possível a realização de estimativa confiável do montante do desembolso esperado para liquidar a obrigação correspondente.

A COOPERATIVA, em função das normas contábeis aplicáveis, não reconhece um passivo, limitando-se a divulgar informações em notas explicativas, para os demais casos, nos quais o prognóstico de perda é apenas possível, ou quando apesar de provável, não se pode estimar com confiança o valor do desembolso necessário para liquidar a obrigação.

Na identificação e mensuração de provisões, a Administração levou em consideração as opiniões emitidas pelos advogados da COOPERATIVA quanto aos prognósticos de causas em discussão administrativa e judicial e quanto à estimativa do valor da causa.

Dessa forma, as referidas provisões estão consideradas pela melhor estimativa possível tendo em vista as informações disponíveis à época da elaboração das Demonstrações Contábeis.

No mesmo sentido, a COOPERATIVA não reconhece ativos contingentes em suas demonstrações contábeis. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente em nota explicativa.

l) Reconhecimento das Receitas

Todas as modalidades de vendas praticadas pela COOPERATIVA são reconhecidas no momento da transferência dos riscos e benefícios significativos de propriedade dos bens vendidos, momento que usualmente coincide com o momento da emissão da nota fiscal de venda.

A Administração optou por não aplicar os procedimentos requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, vigente a partir de primeiro de janeiro de 2018, e que demandaria que fosse reconhecida provisão para devedores duvidosos em momento concomitante ao reconhecimento da receita de vendas e do correspondente recebível originado, em função das expectativas estatísticas de perda, com base no histórico de transações da COOPERATIVA.

Tal decisão decorre da ponderação do custo de estimativa de tais valores, e do fato de que os recebíveis em aberto em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 estão avaliados considerando sua expectativa de recuperabilidade, de modo que não há diferença em termos de saldos apresentados no Balanço Patrimonial e os saldos que seriam apresentados com a aplicação da referida regra.

m) Regime de Escrituração

As transações que afetaram a situação patrimonial e o resultado do exercício da COOPERATIVA foram contabilizadas com base no regime de competência, conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios, receitas, custos e despesas quando percebidas ou incorridas, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

n) Ajuste a Valor Presente

O ajuste a valor presente, conforme previsto na NBC TG 12 do CFC, não foi calculado em razão de que os créditos e obrigações que não se apresentam atrelados contratualmente (indexados) a algum índice de atualização, não se apresentarem significativos no contexto das demonstrações financeiras.

o) Adiantamento de Clientes

As operações de adiantamento de clientes são registradas no passivo, refletindo a obrigação referente a arrendamentos recebidos antecipadamente pela COOPERATIVA.

Tais transações são reconhecidas como receitas somente quando ocorre a efetiva entrega, quando também são apropriados os custos correspondentes e finalmente é possível apurar o lucro incorrido na transação correspondente.

p) Custo dos Empréstimos

Os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos são registrados integralmente como despesas financeiras no resultado do exercício, não havendo ocorrência de encargos financeiros vinculados aos empréstimos e financiamentos captados para a aquisição ou construção de bens do ativo imobilizado, situação que implicaria na agregação desses dispêndios financeiros aos custos dos ativos aos quais o custo de financiamento está vinculado.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social

A existência de significativos prejuízos operacionais, incluindo presença de resultado negativo nas operações com terceiros, resultam em prejuízo fiscal nas operações da COOPERATIVA. Como não há expectativa de lucros tributáveis futuros, não é reconhecido o crédito tributário em função desses prejuízos fiscais, que poderiam ser utilizados para compensação com imposto devido caso a COOPERATIVA tivesse lucro tributável, observados os limites legais.

Está sendo realizado trabalho de verificação dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores ao início da administração judicial, para que se tenha informações confiáveis sobre o saldo total de prejuízos fiscais da COOPERATIVA e de suas controladas.

continua na próxima página >>>

6. Quadros Analíticos

6.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Abaixo estão demonstrados os saldos de disponibilidades por empresa. Destaca-se que os valores não estão alocados em aplicação financeira devido à situação de constantes penhoras e bloqueios judiciais vivida. Os recursos acumulados evidenciados na tabela serão utilizados no curso do ano-calendário 2022 para liquidação de exigibilidades correntes.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Caixa	81.843	793.287	0	875.130
Banco	40.277	2.420.180	9	2.460.465
Agente Fiduciário	3.389.573	0	0	3.389.573
Total	**3.511.693**	**3.213.467**	**9**	**6.725.168**

6.2. Contas a Receber

Os saldos das contas abaixo representam valores a receber de Clientes não Cooperados, em função das operações da COOPERATIVA. Os referidos recebíveis foram objeto de análise por parte da Administração, quanto à sua expectativa de recuperabilidade, sendo registrada uma provisão para os créditos nos quais a liquidação não pode ser esperada com confiança.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Duplicatas a Receber Geral	7.588.622	5.158.697	71.993	12.819.311
Depósito a Identificar	(54.254)	(684)	0	(54.938)
Valores em Processos	(698.613)	0	0	(698.613)
Cartões de Crédito	0	16	0	16
Cheques em Cobrança Geral	0	1.182.399	0	1.182.399
Cheques para Fornecedores	0	655.048	0	655.048
(-) Prov. Devedores Duvidosos	(5.519.527)	0	0	(5.519.527)
(-) Perdas Est Cred Liquid Duvid Dp	0	(209.362)	(62.962)	(272.324)
(-) Perdas Est Cred Liquid Duvid Cheq	0	(116.610)	0	(116.610)
Total	**1.316.228**	**6.669.504**	**9.031**	**7.994.763**

6.3. Associados a Receber

Os saldos das contas abaixo representam valores a receber de cooperados, em função das operações da COOPERATIVA. Os referidos recebíveis foram objeto de análise por parte da Administração, quanto à sua expectativa de recuperabilidade, sendo registradas provisões para os créditos nos quais a liquidação não pode ser esperada com confiança.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Conta Corrente Devedor/Adiant.	12.726.065	0	0	12.726.065
Conta Confissão de Dívida	38.667.398	0	0	38.667.398
Convenio Banrisul	33.602	0	0	33.602
Duplicatas de Associados	2.823.861	0	0	2.823.861
(-) Prov. Devedores Duvidosos	(2.823.861)	0	0	(2.823.861)
(-) Atualização Lista de Credores	(1.523.613)	0	0	(1.523.613)
Total	**49.903.453**	**0**	**0**	**49.903.453**

A Confissão de dívida diz respeito a contratos que os associados negociaram ou até renegociaram sobre grãos, securitização, CPR-Cédula de Produtor Rural e Insumos. Em suma, trata-se de produtos comprados da COOPERATIVA e não pagos pelos adquirentes. No processo de cobrança atualmente realizado, além de ingresso na via judicial, estão sendo envidados esforços no sentido de visitar pessoalmente os associados para verificação e regularização de pagamentos.

6.4. Adiantamento a Fornecedores

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Adiantamento a Fornecedores	672.282	84.568	0	756.850
Total	**672.282**	**84.568**	**0**	**756.850**

6.5. Estoques

Composição dos estoques no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2021, em valor financeiro (R$):

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Estoques de Mercadorias	427.214	8.081.969	0	8.509.183
Mercadorias em Consignação	0	53.678	0	53.678
Mercadoria em Poder de Terc.	0	0	0	0
Estoque de Terceiros	6.794	0	0	6.794
Total	**434.008**	**8.135.647**	**0**	**8.569.655**

No curso do ano calendário 2022 será iniciado trabalho de verificação dos valores dos estoques de almoxarifado, que podem resultar na baixa de valores a ser reconhecida nas demonstrações contábeis dos próximos períodos.

6.6. Impostos a Recuperar

Quanto aos créditos de natureza tributária, apresenta-se abaixo a sua composição analítica:

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
ICMS a Recuperar	59.490.514	0	0	59.490.514
(-) Conta Red. ICMS Processo	(59.365.292)	0	0	(59.365.292)
IRF a Recuperar	81.600	0	4.973	86.572
PIS a Recuperar	819.554	18.862	29.003	867.418
COFINS a Recuperar	3.477.790	86.877	130.731	3.695.399
PIS/COFINS, CSLL a Recuperar	225.045	0	4.241	229.286
ICMS ST Sub-Apuração a Recup.	0	0	0	0
IRPJ a Recuperar	0	107.712	0	107.712
CSLL a Recuperar	0	40.216	0	40.216
Total	**4.729.211**	**253.667**	**168.947**	**5.151.825**

Em relação ao PIS e à Cofins a recuperar, a COOPERATIVA está realizando a reapuração desses tributos com o objetivo de identificar eventuais ajustes no valor a recuperar, bem como preparar retificações das Declarações de apuração desses tributos (EFD-PIS/Cofins).

No que diz respeito ao ICMS, a COOPERATIVA registrou por meio de Nota Fiscal de entrada um crédito no valor de R$ 59.365.292 referente à ação judicial transitada em julgado em favor da COOPERATIVA a qual tratou da não-incidência de ICMS na transferência interestadual de mercadores entre filiais. Destaque que o referido crédito foi registrado com base em parecer enviado à Administração pelo procurador da COOPERATIVA na ação, Dr. Juliano Lopes Garcia (OAB/RS 61.820), no dia 16 de fevereiro de 2018, em decorrência da ação judicial número 001/1.09.0166523-5.

No entendimento da Administração Judicial, não há expectativa confiável de recuperabilidade desse ativo, uma vez que de demandaria compensações de tributos e até mesmo a serem abatidos dos débitos apurados nas operações. Ocorre que, em vista da descontinuidade das operações, não se vislumbra contrapartida para que esse crédito seja aproveitado. Dessa forma, o valor do referido crédito foi anulado pelo uso de conta redutora.

6.7. Outros Ativos - Curto Prazo

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Adiantamento a Empregados	48.612	(1.666.545)	0	(1.617.933)
Cheque em Cobrança Geral	118.708	0	0	118.708
BSBIOS	4.758.099	0	0	4.758.099
Prêmios de Seguros	4.960	4.282	0	9.242
Impostos Municipais	16.051	7.610	26.753	50.414
Convênios	0	15.289	0	15.289
Total	**4.946.432**	**(1.639.365)**	**26.753**	**3.333.820**

O crédito da BSBIOS decorre da informação dos advogados da COOPERATIVA de que os imóveis adjudicados por aquela superariam o valor devido por esta. No que diz respeito ao crédito existente em 2017 em favor da BSBIOS INDUSTRIA E COMERCIO DE BIODIESEL SUL BRASIL S/A, no valor de R$ 14.795.000,00, seu saldo foi liquidado em razão da dívida estar sendo executada nos autos da Execução n° 016/1.14.0004944-8, onde tramita ação Revisional n° 016/1.18.0003803-6, onde se sustenta que:

a) abatendo-se da dívida as quantias de R$ 205.000,00 (compensação) e de R$ 30.680.127,84 (adjudicação);

b) afastando-se a cobrança, a título de correção monetária/remuneração, do CDI, apurado e divulgado pela CETIP, e fixando-se como índice de correção monetária, o IGP-M;

c) reduzindo-se a multa moratória de 20% para 10% sobre o valor corrigido + juros moratórios (como pleiteado nos autos dos Embargos à Execução n° 016/1.14.0005091-8);

d) acrescendo-se juros moratórios de 6% a.a., sobre o valor corrigido e sem capitalização; e

e) acrescendo-se juros remuneratórios de 3,5%a.a., sem capitalização.

6.8. Depósitos Judiciais

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Depósitos Judiciais	0	1.726.536	0	1.726.536
Bloqueios Judiciais	0	1.774.427	0	1.774.427
Depósitos Judiciais Leilão	886.809	16.000	0	902.809
Total	**886.809**	**3.516.963**	**0**	**4.403.772**

6.9. Investimentos

A COOPERATIVA possui 99,99% do capital social da Transcooper, a qual, por sua vez, detém 99,80% do capital social da Pacpart Participações. A Pacpart, por fim, detém controle de 99,75% da TRR, 98,80% da UBC, 99,25% da Redecop e 99,98% das ações da Cotriexport. As únicas controladas com ativos e passivos expressivos, para as quais são contabilizados investimentos avaliados por equivalência patrimonial são a Redecop e a Cotriexport.

Os valores decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial relativamente à avaliação da Cotriexport pelo método de equivalência patrimonial, considerando que os valores devidos pela Cotriexport à Cotrijui foram integrados ao cálculo da equivalência patrimonial do investimento, visto não se tratar de dívida operacional. No que se refere à controlada Redecop, o valor negativo de seu patrimônio líquido deu origem à contabilização de uma provisão para perdas em investimentos. Esses valores e o resultado de equivalência patrimonial apurado pela COOPERATIVA estão representados no quadro abaixo.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Transcooper	35.064.699	0	101	35.064.800
Bansicredi	1.118.146	10.826	195.611	1.324.583
Cresol	(3.943)	0	23.814	19.870
Investimentos Ativos	**36.178.902**	**10.826**	**219.526**	**36.409.253**
(-) Provisão Perda - Redecop (Passivo)	(41.646.418)	0	0	(41.646.418)
Total	**(5.467.516)**	**10.826**	**219.526**	**(5.237.165)**

Resultado de Equiv. Patrimonial	
Redecop	(2.278.654)
Cotriexport	(438.287)
Total	**(2.716.941)**

6.10. Propriedades para Investimento e Imobilizado

Em razão das atribuições como Administradores e Liquidantes, cumpre destacar que uma das primeiras medidas tomadas pela Administração Judicial ao assumir a COOPERATIVA foi a de identificar e garantir a integridade de seus bens. Em consequência disso, combinado com a insuperável dificuldade de caixa, não houve alternativa à Administração Judicial que não a de arrendar seus imóveis. Com o arrendamento de suas principais unidades de grãos e do frigorífico de São Luiz Gonzaga, a COOPERATIVA deixou então de ter atividades operacionais nessas unidades.

A única situação na qual bens imóveis podem ser reconhecidos pelo seu valor de mercado ocorre no caso de propriedades para investimento, que são bens imóveis mantidos para geração de renda (via locação ou arrendamento) ou valorização imobiliária. Esse é o caso dos bens da cooperativa devido à cessação de suas atividades operacionais.

Assim, o administrador judicial contratou perito especializado e independente para realizar a identificação física e avaliação do valor de mercado dos bens. Em paralelo foram realizados esforços de identificação dos documentos e títulos de propriedade dos referidos bens. O valor de avaliação conforme laudo emitido pelo avaliador independente foi reconhecido na contabilidade da Cooperativa, de acordo com as práticas contábeis aplicadas no Brasil.

Do ponto de vista contábil, a utilização de bens de sua propriedade com finalidade que não seja operacional enseja classificação contábil diversa para esses bens, que deixam de ser Ativos Fixos e passam a ser Propriedade para Investimento. Tal determinação decorre do disposto no Pronunciamento Técnico CPC 28 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

De acordo com o referido pronunciamento, são exemplos de propriedade para investimento:

a) terrenos mantidos para valorização de capital a longo prazo e não para venda a curto prazo no curso ordinário dos negócios;

b) terrenos mantidos para futuro uso correntemente indeterminado (se a entidade não tiver determinado que usará o terreno como propriedade ocupada pelo proprietário ou para venda a curto prazo no curso ordinário do negócio, o terreno é considerado como mantido para valorização do capital);

c) edifício que seja propriedade da entidade (ou ativo de direito de uso relativo a edifício mantido pela entidade) e que seja arrendado sob um ou mais arrendamentos operacionais;

d) edifício que esteja desocupado, mas mantido para ser arrendado sob um ou mais arrendamentos operacionais;

e) propriedade que esteja sendo construída ou desenvolvida para futura utilização como propriedade para investimento.

Devido ao fato de que COOPERATIVA e sua controlada COTRIEXPORT não terem mais atividades operacionais desde fevereiro de 2018, os imóveis que estavam classificados no Ativo Imobilizado foram integralmente reclassificados para o grupo de Propriedade para Investimento.

Ainda durante o exercício de 2017, a antiga Administração da COOPERATIVA contratou empresa especializada para realização de uma avaliação de seus ativos imobilizados. O valor total dos ativos imobilizados após a referida avaliação foi de R$ 1.147.013.020, porém é importante destacar que tal valor não foi registrado contabilmente no balanço de 2017. Independentemente da discrepância significativa entre o valor contábil dos bens do imobilizado em 2017 e o valor da avaliação acima mencionada, não era possível o reconhecimento de reavaliação de bens do ativo imobilizado em 2017. Isso ocorre em função de as práticas contábeis brasileiras adotadas desde o processo de convergência com as normas contábeis internacionais que iniciou em 2007 por meio da Lei nº 11.638/2008, notadamente vedam expressamente o reconhecimento de reavaliação de bens do ativo imobilizado. Conforme nota ao PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO, a reavaliação de bens tangíveis e intangíveis não é permitida no Brasil devido às disposições contidas na Lei n.º 11.638/2007, que alterou a Lei n.º 6.404/1976. O último momento em que os bens do ativo imobilizado poderiam ter tido seu valor avaliado a valor de mercado foi o ano-calendário 2010, por conta do previsto na INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

No entendimento da Administração, a avaliação das propriedades para investimento também não poderia ser realizada utilizando os valores da avaliação ocorrida em 2017, tendo em vista o decurso de tempo entre a realização da avaliação de 2017 e o encerramento das demonstrações contábeis de 2018, bem como a percepção da administração que a avaliação (i) utilizava critérios excessivamente otimistas; (ii) foi elaborada com a participação ativa de membro da diretoria da COOPERATIVA à época; (iii) inclui no rol de bens do ativo alguns imóveis que não mais pertenciam à COOPERATIVA ou que já haviam sido transferidos a terceiros em razão de demandas judiciais. Diante disso, no curso do

❯❯❯ Continua ❯❯❯

❯❯❯ Continuação ❯❯❯

COTRIJUI – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA & INDUSTRIAL – *EM LIQUIDAÇÃO*

CNPJ 90.726.506/0001-75 - NIRE 43400000321

Rua das Chácaras, 1513 – 98.700-000 - IJUÍ- RS

ano calendário 2018 e 2019, a Administração Judicial contratou avaliadores independentes com o objetivo de obter uma estimativa do valor de realização do seu Ativo Imobilizado. Em função da situação de liquidação em que a COOPERATIVA se encontra, os bens do seu ativo imobilizado foram ajustados e estão apresentados em 31 de dezembro de 2021 pelo seu valor estimado de venda.

Importante referir que até o momento da preparação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021 apenas 87 dos 187 imóveis de propriedade da COOPERATIVA tinham sido avaliados a valor justo. A valoração dos imóveis não avaliados em 2018 foi realizada mantendo o percentual de deflação da avaliação dos principais imóveis realizados que representavam acima dos 50% do valor total dos bens.

COTRIEXPORT

Ativo	Avaliação 2018	Quantidade	Avaliação 2017	Variação
Imóveis avaliados	5.438.343	15 imóveis	10.665.000	(5.226.657)
Imóveis não avaliados	111.584.694*	31 imóveis	218.826.000	(107.241.306)
Total Cotriexport	**117.023.037**	**46 imóveis**	**229.491.000**	**(112.467.963)**

*** Valor estimado**

COTRIJUI

Ativo	Avaliação 2018	Quantidade	Avaliação 2017	Variação
Imóveis avaliados	218.395.507	72 imóveis	629.213.960	-410.818.453
Imóveis não avaliados	82.488.833*	69 imóveis	237.656.560	-155.167.727
Total Cotrijuí	**300.884.340**	**141 imóveis**	**R$ 866.870.520**	**565.986.180**

* Valor estimado

Esse processo teve sequência em 2019, resultando na avaliação dos principais imóveis da COPERATIVA. No total, foram localizadas e avaliadas 112 matrículas de imóveis de propriedade da COOPERATIVA e 40 matrículas imóveis da controlada Cotriexport. No processo de identificação e avaliação de imóveis, foram identificados 2 imóveis na Cotriexport e 8 imóveis COOPERATIVA cuja situação ainda se encontra sob análise da administração. Para esses bens imóveis em análise, a documentação existente e a situação de fato não permitem o reconhecimento contábil dos ativos correspondentes, em função da inexistência de controle desses bens por parte da COOPERATIVA e da Cotriexport. De acordo com o parágrafo 4.9 do Pronunciamento técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro, é requisito básico para o reconhecimento de qualquer ativo a existência de controle desse ativo por parte da entidade que apresenta suas demonstrações contábeis. Note-se que a expectativa de avaliação dos imóveis da Cotriexport, reportada nas demonstrações financeiras de 2018, não se confirmou ao término do trabalho de avaliação independente.

No curso do ano-calendário 2021, a Administração Judicial manteve os esforços de identificação de documentos de propriedade de bens imóveis que serão reconhecidos na contabilidade quando a sua propriedade e controle forem efetivamente comprovados.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Terrenos	201.133.317	0	32.252.155	233.385.472
Benfeitorias, Prédios e Instal.	90.177.602	0	3.641.319	261.965.538
Mäquinas e Equipamentos	46.892.686	0	269.927	47.162.614
Total	**338.203.606**	**0**	**36.163.401**	**542.513.624**

No caso da COOPERATIVA e da controlada Cotriexport, os ativos imobilizados que não atendem à classificação como propriedades para investimentos foram objeto de registro de perda no valor recuperável, tendo em vista que esses ativos não mais serão recuperados por meio de seu valor em uso, e que não foi ainda realizada avaliação do seu valor de venda. A perda registrada é equivalente ao registro de uma depreciação antecipada do valor desses ativos, tendo em vista que há fortes dúvidas quanto à possibilidade de sua recuperação mediante venda. Não se pode descartar que esses ativos para os quais foi constituída provisão para perdas tenham seu valor revisado no futuro, em decorrência de avaliação por perito especializado. Quando essa avaliação for realizada, o valor das provisões para perdas no valor recuperado reconhecidas poderá ser revertido até o valor da provisão reconhecida.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Móveis e Utensílios	0	164.576	0	164.576
Máquinas e Equipamentos	0	341.948	0	341.948
Instalações	0	34.854	0	34.854
Veículos	0	3.441	0	3.441
Equipamentos de Informática	0	14.918	0	14.918
Software	0	0	0	0
Bens em Comodatos	0	167.590	0	167.590
Total	**0**	**727.326**	**0**	**727.326**

6.11. Fornecedores

A seguir apresenta-se a composição da dívida com fornecedores em 31 de dezembro de 2021. Destaca-se que os fornecedores inscritos na lista de credores tiveram seus valores reclassificados para contas específicas representativas da lista em questão.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Fornecedores	0	6.206.287	670.802	6.877.089
Provisão Rescis. Representantes	2.964.478	0	0	2.964.478
Total	**2.964.478**	**6.206.287**	**670.802**	**9.841.566**

6.12. Obrigações Sociais e Trabalhistas

No ano de 2021, foi mantido o procedimento realizado no ano anterior, qual seja, atualização da dívida previdenciária da COOPERATIVA e da Controlada Redecop considerando a obtenção de confirmações externas junto à Receita Federal do Brasil. Como consequência, o valor de endividamento obtido foi reclassificado para passivos específicos que representam a lista de credores. Da mesma forma, dívidas com empregados objeto de discussão judicial nas quais há condenação definitiva foram reclassificadas para passivos específicos que representam a lista de credores. Essa reclassificação foi utilizada por meio de conta retificadora de obrigações Sociais e com pessoal, tendo em vista que a conciliação de saldos contábeis correspondentes, conforme os saldos apresentados abaixo, ainda se encontra em andamento.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Obrigações Sociais	**369.247**	**(4.246.432)**	**0**	**(3.877.185)**
INSS de Terceiros	978.091	1.146	0	979.236
PIS sobre Folha	1.776.746	0	0	1.776.746
Contribuições Sindicais	65.207	6.983	0	72.190
Funrural	6.176.682	29.303	0	6.205.985
SENAR	929.269	7.874	0	937.143
Parcelamento Refis	149.866	0	0	149.866
Parcelamento RFB	(434.574)	156.076	0	(278.498)
Parcelamento PGFN	15.282.597	28.464.836	0	43.747.433
INSS Empresa	(493.743)	(769.110)	0	(1.262.852)
(-) Reclassificação para Lista de Credores	(24.060.894)	(32.143.540)	0	(56.204.434)
Obrigações Trabalhistas	**3.537.279**	**9.833.007**	**7.280**	**13.377.567**
Salários a Pagar	18.212	433.847	1.780	453.839
Provisão de Férias	12.569	431.017	0	443.586
Encargos sobre Provisão de Férias	4.625	147.036	0	151.661
Rescisões	1.184.649	1.240.770	0	2.425.419
PGFN Autuação CLT	3.123.309	0	0	3.123.309
INSS de Assalariados a Recolher	24.945.140	6.997.111	4.540	31.946.792
FGTS a Recolher	7.217.533	583.226	960	7.801.719
Rescisões - Processos Judiciais	32.484.487	0	0	32.484.487
(-) Reclassificação para Lista de Credores	(65.453.245)	0	0	(65.453.245)
Total	**3.906.527**	**5.586.575**	**7.280**	**9.500.382**

6.13. Obrigações Tributárias

No ano de 2021, foi mantido o procedimento realizado no ano anterior, qual seja, foi realizada atualização da dívida tributária da COOPERATIVA e da Controlada Redecop considerando a obtenção de confirmações externas junto à Receita Federal do Brasil e à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Como consequência, o valor de endividamento obtido com as referidas autoridades fazendárias foi reclassificado para passivos específicos que representam a lista de credores. Essa reclassificação foi utilizada por meio de conta retificadora de obrigações tributárias, tendo em vista que a conciliação de saldos contábeis correspondentes, conforme os saldos apresentados abaixo, ainda se encontra em andamento.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Obrigações Tributárias - Circulante	**11.036.660**	**7.698.305**	**0**	**18.734.965**
ICMS A Recolher	88.954.008	211.557	0	89.165.565
IRF - Assalariados	7.649.011	18.303	0	7.667.314
IRF - Serviços	435.086	3.559	0	438.645
IRF - Fretes	28.696	0	0	28.696
IRF - Comissões	273.531	0	0	273.531
IRF - Aluguel	64.858	0	0	64.858
PIS Sobre Faturamento	24.349	969.593	0	993.942
COFINS Sobre Faturamento	112.151	4.586.957	0	4.699.108
ISSQN	76.584	480	0	77.064
Fundesa	250.703	0	0	250.703
ICMS S/ Substituição Tributária	1.106.290	0	0	1.106.290
PIS/COFINS Fonte	1.152.012	8.348	0	1.160.360
ICMS Parcelado	(373.296)	506.062	0	132.766
IRPJ Na Fonte Dívida Ativa	8.233.170	0	0	8.233.170
Tributos Federais Parcelamento		2.430.848		2.430.848
PIS/Cofins Parcelamento		168.186		168.186
PGFN - CSRF	934.062	0	0	934.062
PGFN - Contrib.social	127.170	0	0	127.170
PGFN - Cred. Rural Securitização	59.545.635	0	0	59.545.635
PGFN - Cred. Rural Pesa	156.767.835	0	0	156.767.835
PGFN - Tx Fisc Telecom	6.589	0	0	6.589
PGFN - Contr. Previdenciária	6.969.472	0	0	6.969.472
PGFN - Imp. Importação	147.651	0	0	147.651
PGFN - IRPJ	142.818	0	0	142.818
PGFN - IR Fonte	11.277.296	0	0	11.277.296
PGFN - Outros Impostos	4.969.793	0	0	4.969.793
PGFN - Outras Origens	99.805	0	0	99.805
PGFN - Contr. Empregador	79.791.812	0	0	79.791.812
PGFN - Ri.amb.ap. Esp.	3.989.590	0	0	3.989.590
PGFN - Contr. Reten. Prev.	603.294	0	0	603.294
PGFN - SENAR	7.979.181	0	0	7.979.181
PGFN - Glos. comp. prev.	64.408.072	0	0	64.408.072
PGFN – COFINS	36.848.606	0	0	36.848.606
PGFN - Cred. Rural STN	64.075.125	0	0	64.075.125
PGFN - Outras Multas	297.556	0	0	297.556
Funrural Processo	394.145.556	0	0	394.145.556
PIS/COFINS Processo	65.421.507	0	0	65.421.507
(-) PIS/COFINS Proc. Ato Cooper.	(24.785.322)	0	0	(24.785.322)
Prov. IRPJ e CSLL S/AAP	7.115.658	0	0	7.115.658
PER/Dcomp - Tributos Federais	0	0	0	0
(-) Reclassificação Lista de Credores	(1.037.829.254)	(1.205.588)	0	(1.039.034.842)
Obrigações Tributárias - Não Circulante	**0**	**141.414**	**0**	**141.414**
PIS/COFINS Processo	0	3.420.321	0	3.420.321
(-) Reclassificação Lista de Credores	0	(3.278.907)	0	(3.278.907)
Total	**11.036.660**	**7.839.720**	**0**	**18.876.380**

6.14. Antecipação de Clientes

Representam valores recebidos antecipadamente de clientes, especialmente em função de arrendamento de bens imóveis. Esses valores são apropriados ao resultado do exercício da COOPERATIVA conforme o regime de competência. A seguir são apresentados os credores que compõem essa conta na COOPERATIVA:

Nome	Saldo (R$)
ANGELO PAULO PRZYBITOWICZ	25.000,00
ASSOC FUNC COTRIJUI (AFUCOTRI)	393.000,00
CHINATEX GRAINS AND OILS	18.128.726,36
COOPERATIVA TRITICOLA MISTA CAMPO NOVO	1.569.166,62
COPAGRIL COMERCIAL AGRICOLA PICCOLI LTDA	42.971,26
FABIO ANDRE PASCOAL	17.225,00
FLAVIO VINCENZI JUNIOR	1.770,00
GILMAR SARTORI SPAT	464,64
GUSTAVO QUINCOZES BORGES	1.000,00
IVAN ANTONIO MINETTO	22.000,00
L A DA LUZ LOPES	10,74
LEANDRO OTTE TASCHETTO	10.791,32
LUIZ FOGGIATO	19.875,00
MOINHO REGIO ALIMENTOS S/A	5.427,57
PGL DISTRIBUICAO DE ALIM LTDA	763,57
PRODUTOS ALIMENTICIOS ORLANDIA S/A COMERC,	185.000,00
UBC IND E COM IMP EXP LTDA	497.600,00
Total Geral	**20.920.792,08**

6.15. Partes Relacionadas

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição, considerando inclusive os efeitos de consolidação dos valores:

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Partes Relacionadas Ativo	**0**	**9.490.960**	**272.927**	**9.763.888**
Cotriexport	0	(272.927)	0	(272.927)
Cotrijui	0	9.763.888	0	9.763.888
Redecop	0	0	272.927	272.927
Partes Relacionadas Passivo	**10.227.798**	**0**	**33.102.957**	**43.330.755**
Redecop	9.763.888	0	0	9.763.888
Transcooper	463.910	0	0	463.910
Cotrijui	0	0	33.102.957	33.102.957
Total	**(10.227.798)**	**9.490.960**	**(32.830.030)**	**(33.566.867)**
(-) Eliminações	**9.763.888**	**(9.490.960)**	**32.830.030**	**33.102.957**
Saldo Ativo (Passivo)	**(463.910)**	**0**	**0**	**(463.910)**

6.16. Outros Passivos

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Aluguéis e Outras Despesas	0	47.815	0	47.815
Produtos Agrícolas	25.362	0	0	25.362
Produtos Benef. Sementes	277.001	0	0	277.001
Produtos Insumos	465.981	0	0	465.981
Total	**768.344**	**47.815**	**0**	**816.159**

6.17. Lista de Credores

No ano-calendário de 2021, procedeu-se trabalhos de determinação da lista completa de credores da COOPERATIVA e de suas controladas.

Esses trabalhos contemplaram a obtenção de posição atualizada pelos advogados da COOPERATIVA com relação às demandas judiciais das quais a COOPERATIVA e suas controladas figuram como rés, bem como por atualização de valores obtidos por meio de consulta aos sistemas da Receita Federal do Brasil e da Secretaria da Fazenda do estado do Rio Grande do Sul.

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 apresentam os valores incluídos na lista de credores de forma destacada. Compõem a lista de credores apenas os valores classificados como líquidos, de acordo com o entendimento dos advogados da empresa. Os valores incertos os quais ainda são objeto de discussão judicial, são contabilizados como provisões no Balanço Patrimonial da COOPERATIVA, quando a opinião dos advogados da COOPERATIVA é de que o prognóstico de perda da ação correspondente é possível. Os quadros a seguir contemplam a posição reportada em 31 de dezembro de 2021:

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
ME/EPP - Cível	184.094	0	0	184.094
ME/EPP - Fornecedores	1.540.587	0	0	1.540.587
Quirografários - Associados	155.219.628	0	0	155.219.628
Quirografários - Cível	164.569.896	0	0	164.569.896
Quirografários - Dívida Bancária	756.213.555	0	0	756.213.555
Quirografários - Fornecedores	115.116.912	0	0	115.116.912
Restituição - Associados	79.230.271	0	0	79.230.271
Trabalhista	77.064.869	3.324.906	0	80.389.774
Trabalhista (Honor. Cível)	406.984	0	0	406.984
Trabalhista (Honor. Dív. Bancária)	28.627	0	0	28.627
Trabalhista (Honorários Processos)	22.006.496	0	0	22.006.496
Tributários Estadual	116.461.420	8.557.263	0	125.018.684
Tributários Municipal	1.114.264	409	0	1.114.673
Tributários PGFN	1.174.458.177	38.238.534	0	1.212.696.710
Total	**2.663.615.781**	**50.121.111**	**0**	**2.713.736.892**

Na conta Restituição associados estão classificados os valores a serem devolvidos aos associados em decorrência da não realização da venda de grãos depositados em regime de armazém geral. Para fins de demonstração contábil, os grãos estão avaliados pela sua cotação de mercado na data de 23/10/2019 de acordo com cada tipo de grão depositado e atualizados monetariamente, em conformidade com o art. 124 da Lei nº 11.101/05.

Em razão de parte das duplicatas de grãos (incluídas na conta restituição associadas) já terem sido pagas a parte dos produtores, adotou-se a data-base de 31/05/2018 para todas as restituições de duplicatas a serem feitas, de forma a tornar o processo equânime a todos os associados. Assim, os saldos dessas duplicatas vêm sendo atualizados à taxa de 1% ao mês desde essa data. Este critério foi aplicado a duplicatas não pagas referentes a vendas de grãos de safras 2016, 2017 e 2018.

Destaca-se que os valores da conta Restituição - Associados consideram os mesmos critérios de atualização adotados na lista de credores constante do primeiro edital, e estão sujeitos a alterações de valor na fase de verificação extrajudicial de créditos, bem como a eventuais decisões judiciais que possam alterar a forma de atualização.

6.18. Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Em dezembro de 2020 e 2021, existiam processos judiciais com valores ilíquidos nas áreas cível, trabalhista e tributária. Esses processos foram objeto de avaliação por parte dos assessores Jurídicos da COOPERATIVA no que tange a sua probabilidade de perda. Nesse sentido, foram constituídas provisões para aqueles processos cuja probabilidade de perda foi considerada provável, nos termos das normas contábeis vigentes no Brasil. O quadro abaixo apresenta as provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial da COOPERATIVA em 31 de dezembro de 2021:

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Provisões	**203.549.252**	**0**	**0**	**203.549.252**
Quirografários - Associados	9.079.982	0	0	9.079.982
Quirografários - Credores Cível	93.077.475	0	0	93.077.475
Quirografários - Credores Trabalhista	22.670.340	0	0	22.670.340
Quirografários - Bancária	63.240.844	0	0	63.240.844
Quirografários - Fornecedores	9.117.603	0	0	9.117.603
Trabalhista - Honorários Associados	181.639	0	0	181.639
Trabalhista - Honorários Cíveis	20.000	0	0	20.000
Trabalhista - Honorários Processos	6.161.370	0	0	6.161.370
Passivos Contingentes	**(36.952)**	**2.294.343**	**574.220**	**2.831.611**
Prov. Contingência Cível - CP	111.176.771	0	574.220	111.750.991
Prov. Contingência Trabalhista - CP	20.616.175	0	0	20.616.175
(-) Depósitos em Processo	(11.867.730)	0	0	(11.867.730)
(-) Reclassificação para Lista de Credores	(119.962.167)	0	0	(119.962.167)
Prov. Contingência Trabalhista - LP	0	2.285.463	0	2.285.463
Prov. Contingência Cível - LP	0	8.880	0	8.880
Total	**203.512.300**	**2.294.343**	**574.220**	**206.380.863**

Conforme quadro acima, apresenta-se a posição de passivos contingentes. Essa posição inclui causas para as quais o prognóstico de perda é apenas possível, de acordo com posição emitida pelos advogados da COOPERATIVA, não sendo provável que a COOPERATIVA tenha que desembolsar valores referentes a estas causas.

Seguindo as práticas contábeis aplicadas no Brasil, esses passivos contingentes têm seu valor divulgado nessa nota explicativa, e não são reconhecidos na contabilidade da COOPERATIVA, não figurando, portanto, de seu passivo contábil em 31 de dezembro de 2021.

A COOPERATIVA não tem ativos contingentes reconhecidos em suas demonstrações contábeis, pois não há ativos decorrentes de ações judiciais nas quais a COOPERATIVA figura no polo ativo, que resultem de eventos passados e cuja existência e geração de benefícios econômicos para a COOPERATIVA seja praticamente certa em 31 de dezembro de 2020. Esse é o momento no qual eventuais ativos poderiam ser reconhecidos no balanço patrimonial o no resultado do exercício da COOPERATIVA.

Também não há, no entendimento da administração e dos advogados da COOPERATIVA, ativos decorrentes de ações judiciais nas quais a COOPERATIVA figura no polo ativo para as quais a entrada de benefícios econômicos seja provável, caso no qual a COOPERATIVA divulgaria esses ativos contingentes de realização provável em nota explicativa.

Em conjunto com os advogados da COOPERATIVA, a Administração buscou identificar ações judiciais que permitissem à COOPERATIVA e suas controladas a recuperação de créditos tributários, como a questão da exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições PIS e COFINS e a limitação na base de cálculo de incidência de contribuições previdenciárias de terceiros sobre folha de salários, bem como a obtenção de créditos financeiros referentes ao Plano Collor.

Para esses casos, não há a virtual certeza quanto à recuperação desses valores, tampouco essa recuperação poderia ser considerada provável em 31 de dezembro de 2021, momento do encerramento das demonstrações contábeis da COOPERATIVA.

Por esse motivo, esses ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis e tampouco têm seu valor divulgado em nota explicativa.

Destaca-se que, quando os créditos em questão forem reconhecidos, serão potencialmente sujeitos à tributação pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, o que pode consumir aproximadamente 40% do seu valor atualizado, bem como pode causar significativo desencaixe financeiro, visto que a exigibilidade dos tributos em questão ocorre no momento do reconhecimento contábil, independentemente da realização financeira do crédito.

6.19. Receita Operacional Líquida

A seguir apresenta-se a composição da receita operacional líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Receita Bruta de Vendas e Serviços	14.472	88.214.544	0	88.229.016
(-) Deduções da Receita Bruta	0	(6.152.349)	0	(6.152.349)
Royalties	245.941	0	0	245.941
Sucata	0	0	0	0
Receitas de Arrendamento	10.647.429	0	113.952	10.761.381
(-) Deduções da Receita de Arrendamento	(1.001.962)	0	(10.541)	(1.012.503)
Total	**9.905.880**	**82.062.195**	**103.411**	**92.071.486**

6.20. Custos e Despesas

A seguir apresenta-se a composição dos custos e despesas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Custos	**14.239**	**68.162.170**	**0**	**68.176.409**
Custo das Mercadorias Vendidas	14.239	60.435.168	0	60.449.408
Energia Elétrica	0	1.965.613	0	1.965.613
Água	0	12.720	0	12.720
Aluguel	0	573.430	0	573.430
Entrega de Ranchos	0	55.238	0	55.238
Fretes e Carretos	0	7.159	0	7.159
Embalagens	0	805.338	0	805.338
Perdas	0	249.383	0	249.383
Padaria	0	3.299.977	0	3.299.977
Açougue	0	302.932	0	302.932
Hortifrutigranjeiro	0	455.213	0	455.213
Despesas com Vendas	**0**	**3.090.833**	**0**	**3.090.833**
Pessoal	0	5.216	0	5.216
Despesas Gerais	0	3.164.569	0	3.164.569
Despesas com Alimentação	0	(78.951)	0	(78.951)
Despesas Administrativas	**4.518.498**	**10.817.831**	**541.703**	**15.878.032**
Pessoal	738.994	10.810.992	0	11.549.986
Despesas Gerais	3.779.504	6.839	541.703	4.328.046
Reversão de Perda	0	0	0	0
Total	**4.532.737**	**82.070.835**	**541.703**	**87.145.275**

6.21. Outras Receitas e Despesas Operacionais

A seguir apresenta-se a composição das outras receitas e despesas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

valores em R$

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Outras Receitas Operacionais	(47.115)	19.898	0	(27.217)
Receitas de Dividendos	790	0	0	790
Sobras de Cooperadas	915	0	0	915
Total	**(45.409)**	**19.898**	**0**	**(25.511)**

Ijuí (RS), 26 de dezembro de 2022.

Alexandre Berlanda
CRC/RS 65.927
CPF 718.125.200-34

Costa Clóvis Girardelo
CRA/RS 10.789
CPF 383.897.970-20